

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
NIFAP	7168942
DESIGNAÇÃO	DLBC Rural Litoral Alentejano 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

A. Apresentação

A definição de uma Estratégia de Desenvolvimento Local para o Litoral Alentejano, no horizonte 2030, foi fundada nos trabalhos preparatórios desenvolvidos pela ADL- Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano para envolvimento e auscultação dos agentes do território que integraram as anteriores experiências de programação do GAL, mas também, no sentido de alargar a parceria de suporte à EDL, mobilizando novos parceiros e competências.

Paralelamente, conduziu-se o trabalho técnico de Diagnóstico e desenho da Macro estratégia, para o qual contribuíram os diagnósticos sectoriais elaborados pelos parceiros que também assim quiseram colaborar na fundamentação dos desígnios estratégicos da EDL- Litoral Alentejano 2030.

As dinâmicas de intervenção territorial do GAL ADL estão, assim, suportadas por uma Parceria cuja composição reflete as dinâmicas setoriais de atividade existentes no Litoral Alentejano, sob iniciativa de mais de três dezenas de entidades públicas, privadas e associativas, que subscrevem o Acordo de Parceria do GAL/ADL, firmado em julho de 2023.

A EDL assim concebida deverá nortear, como quadro de referência, o trabalho da ADL tanto nas suas diferentes vertentes de atuação como na mobilização de recursos de financiamento, com relevância para tipologias de operação enquadradas pelo Programa Regional Alentejo 2021-2027.

Nesta perspetiva preconiza-se uma EDL capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a atratividade do Alentejo Litoral mobilizando os seus recursos e ativos, no quadro de oportunidades geradas, em particular, pelo PEPAC 23-27.

Os Pontos seguintes permitem conhecer o trabalho realizado pela Parceria na conceção da EDL, bem como o referencial estratégico proposto para enquadrar a atuação do GAL, no horizonte 2030. Para a formulação da Estratégia de Desenvolvimento local da ADL será importante atender às orientações que decorrem das escalas europeia, nacional, regional para as escalas sub-regional e local.

Para as diferentes áreas de intervenção são depois definidos objetivos próprios para fazer face aos desafios de desenvolvimento rural.

2. Caracterização do Território

A zona de intervenção da ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano corresponde à NUT III Alentejo Litoral (NUTII Alentejo), com uma superfície geográfica de 5.309,40 km² e uma população residente em 2021 de 96.442 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 18,2 habitantes por km².

Constituído por cinco concelhos (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira) e 31 freguesias, a configuração norte/sul quase retangular que ocupa a faixa litoral da Região (165 km), o Alentejo Litoral estende-se da Área Metropolitana de Lisboa, a Norte, ao Algarve (NUT II), a Sul. Na sua incursão ao interior do Alentejo, faz fronteira a Nordeste e Este com as NUT III Alentejo Central e o Baixo Alentejo.

A especial configuração proporciona a este território uma grande diversidade paisagística, marcada pela presença de nove unidades de paisagem definidas no PROT Alentejo, em cuja diversidade se destaca, pela sua dimensão, uma mancha interior alongada Norte/Sul, que inclui as áreas mais acidentadas das serras de Grândola e Cercal, designada por “transição litoral/interior” e, a norte, as unidades de Charneca do Tejo e Sado e o Estuário e Vale do Sado. Ainda a Norte e a Este, temos os montados, enquanto a Este, terras agrícolas e, a Este e Sul, manchas das unidades campos do Baixo Alentejo e Serras do Sul, no concelho de Odemira. Na parte Oeste, a planície litoral arenosa e o Litoral Alentejano e Vale do Mira. Esta diversidade de paisagem traduz a evolução de diferentes condições edafoclimáticas, formas de ocupação do espaço e aproveitamentos agrícolas e florestais.

Trata-se de um território de base rural em que o povoamento, é concentrado nas cidades e vilas sedes de concelho, na cidade de Santo André e nas vilas e aldeias das freguesias, não existindo um polo urbano com influência em toda a sub-região, daí o PROT Alentejo ter considerado o sistema urbano polinucleado constituído por Sines-Santiago do Cacém-Santo André como a melhor hipótese para o que poderá vir a afirmar-se enquanto polo urbano com dimensão sub-regional e mesmo regional. Em 2021, existiam 339 lugares (98%) com menos de 2.000 habitantes e um volume elevado de população isolada (9% da população residente).

3. Caracterização da Parceria

O GAL é a própria ADL, que é uma entidade com personalidade jurídica. As dinâmicas de intervenção territorial do GAL ADL têm sido suportadas por uma Parceria cuja composição reflete as dinâmicas setoriais de atividade existentes no Litoral Alentejano, sob iniciativa de mais de três dezenas de entidades públicas, privadas e associativas. Na preparação do Dossier de Reconhecimento e Qualificação da ADL participaram e ratificaram o Acordo de Parceria todas as entidades parceiras do DLBC Rural 2020, bem como **duas novas entidades** que reforçam a representatividade dos setores da Agricultura e do Património/Cultura.

As 34 entidades que subscrevem o Acordo de Parceria do GAL/ADL (parte das quais elaboraram Diagnósticos setoriais contribuindo para o *Diagnóstico e Macroestratégia DLBC Rural Litoral Alentejano 2030*) apresentam os seguintes traços tipológicos (cf. Tabela de conjunto discriminada em **Anexo “Quadro 1 – Parceria GAL ADL”**):

- *Autarquias dos cinco concelhos da Zona de intervenção*, com atribuições e experiência de trabalho nos setores do ambiente e património natural,

intervenção social (Plataforma supra-concelhia do Alentejo Litoral), e empreendedorismo;

- *Associações de Regantes e Beneficiários dos Perímetros de Rega*, com responsabilidades de gestão e forte intervenção na gestão da Água;
- *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo*, com experiência de Parcelário e organização de candidaturas de projetos de investimento no âmbito do ProDeR e PDR 2020;
- *Associações, Organizações e Agrupamentos de Produtores* com representatividade nas áreas da hortofruticultura, fruticultura, floricultura, orizicultura, produção florestal, bovinicultura, em trabalho de aconselhamento técnico agro-pecuário e florestal, promoção de formação para melhoria de desempenho profissional, etc.;
- *Associações empresariais* que asseguram apoio técnico aos associados e promovem ações de formação profissional;
- *Instituições de formação escolar* (ensino profissional e formação inicial e contínua);
- *Organizações da Economia Social*, com responsabilidades de gestão de equipamentos sociais e trabalho junto de grupos vulneráveis e isolados;
- *Organizações cooperativas* ligadas à intervenção sócio-cultural e trabalho com imigrantes e experiência de intervenção na gestão e dinamização de projetos e programas sociais;
- *Associações de Defesa do Ambiente do Património* ligadas à preservação, e salvaguarda e valorização do património natural e cultural;
- *CIM do Alentejo Litoral*, com diversas interações de parceria com os Municípios e a ADL;
- *Entidade Regional de Turismo do Alentejo*, parceiro setorial com importante expressão de âmbito regional.

4. Diagnóstico - Análise SWOT

CONDICIONANTES DO TERRITÓRIO-Fraquezas

População:

- Vitalidade demográfica fraca e em perda, baixa densidade demográfica. Dificuldade de atração/fixação de jovens adultos e famílias; baixos níveis de qualificação da população ativa. Necessidades suplementares no apoio ao sucesso educativo de crianças e jovens.

Economia e Emprego:

- Fraca dinâmica da inovação produtiva e tecnológica do tecido económico e dos seus serviços de apoio; do empreendedorismo e qualificação empresarial, da densidade empresarial e relacional, do associativismo produtivo e comercial.
- Sazonalidade do mercado de trabalho e crescentes dificuldades de recrutamento, com desajustamento e dificuldade de acesso à oferta formativa de nível profissional e superior.

Recursos naturais e culturais:

- Dificuldades de acesso a mercados externos para valorização e escoamento dos produtos endógenos do território.

Produção, infraestruturas e serviços básicos:

- Degradação das infraestruturas viárias, da rede de transporte público, dos equipamentos coletivos de apoio à mobilidade e acesso aos serviços básicos.
- Fraca cobertura e qualidade das infraestruturas de acolhimento empresarial, e de apoio ao trabalho autónomo e à distância e ao pequeno empreendedorismo de base rural.

CONDICIONANTES DO TERRITÓRIO-Fraquezas

Sustentabilidade e Clima:

- Degradação de infraestruturas de rega, armazenamento e abastecimento de água; diminuição dos caudais freáticos de alimentação agrícola e abastecimento à população; Erosão dos solos e degradação da capacidade produtiva pelo excessivo uso de fertilizantes, ausência de reflorestação.

- Pressão residencial, turística e agrícola sobre os recursos do solo.

Transição energética e digital:

- Deficiente conectividade energética, digital (banda larga, móvel e fixa) e dos transportes.

- Fracos níveis de conforto energético e insuficiente recurso a energias renováveis.

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil:

- Insuficiente atividade de mediação da inovação rural enquanto catalisador do potencial do território; Incipiente estratégia e iniciativas de marketing territorial de promoção turística conjunta de recursos.

ATIVOS MOBILIZÁVEIS - Forças

População:

- Crescimento do retorno de adultos e seniores urbanos ao mundo rural de origem;
- Evolução dos níveis de acesso da população aos diversos níveis de qualificação, ganhos significativos nos níveis de instrução escolar;
- Crescente volume e relevância da população estrangeira no mercado de emprego, na dinâmica demográfica e na economia local.

Economia e Emprego:

- Vitalidade económica e de inovação produtiva agrícola, hortofrutícola e das fileiras florestal e silvícola, alinhadas com a crescente procura nacional e europeia;
- Elevado dinamismo da atividade e da procura turística variada, em nichos valorizadores da tipicidade e preservação do mundo rural.

Recursos naturais e culturais:

- Elevada qualidade e diversidade do património natural e cultural, por via da base económica agrícola e silvícola, energética e turística com forte identidade territorial

Produção, infraestruturas e serviços básicos:

- Proximidade ao complexo industrial e logístico de Sines e a empresas de elevada incorporação tecnológica;
- Existência de uma rede infraestruturas/equipamentos coletivos de animação cultural e da vida coletiva rural: municípios, associações locais, casas do povo.

Sustentabilidade e Clima:

Preservação da qualidade ambiental e estética: áreas protegidas e classificadas, com elevada conservação da riqueza de fauna e flora.

Transição energética e digital:

- Crescimento da produção e do acesso a energias renováveis e limpas- transição energética estimulada pelo Plano Territorial para a Transição Justa.

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil:

- Agentes e atores locais qualificados, empenhados e com experiência consolidada no trabalho em rede (CLDS, DLBC, etc);
- Capacidade dos órgãos autárquicos no apoio à rede de transportes escolares e de idosos para acesso à saúde, num território rural disperso e isolado;
- Manutenção da rede de informalidade de vizinhança, voluntariado e solidariedade comunitária no apoio a idosos, bem como da rede de entidades da Economia Social no apoio e prestação de serviços a famílias e idosos.

AMEAÇAS NO HORIZONTE 2030

População:

- Agravamento do ritmo de perda da vitalidade demográfica;
- Inserção económica/laboral e social fragilizada e insuficiente dos imigrantes;
- Redução da média dos agregados familiares e aumento do número de isolados.

Economia e Emprego:

- Insuficiente enraizamento/inserção territorial dos novos projetos de investimento produtivo em curso;
- Crescente dependência do mercado de emprego local pela população estrangeira - dinâmica demográfica e dinâmica económica.

Recursos naturais e culturais:

- Elevado dinamismo da atividade turística, com pressão populacional sobre a variedade, equilíbrio e preservação dos recursos do território e identidade rural;
- Fraca renovação geracional que preserve atividades artesanais, modos tradicionais de produção e de vida do mundo rural.

Produção, infraestruturas e serviços básicos:

- Deterioração e degradação extrema por abandono do espaço habitacional e equipamentos coletivos nos núcleos populacionais, montes, quintas, habitações;
- Envelhecimento crescente do tecido empresarial e dificuldades de rejuvenescimento em patamar qualificado.

Sustentabilidade e Clima:

- Irreversibilidade da desertificação do território, física e humana e das alterações climáticas: abandono de cultivo dos solos (espécies autóctones resilientes), secagem dos canais freáticos subterrâneos, degradação do parque florestal natural e plantado;
- Crescente pressão dos fluxos migratórios económicos e do turismo residencial em direção ao território com impactos negativos do passivo ambiental agrícola, industrial paisagístico e turístico sobre o solo e recursos hídricos, recursos naturais e paisagísticos, e biodiversidade.

Transição energética e digital:

- Insuficiente ritmo de diminuição da exclusão digital face ao mundo urbano.

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil:

- Incapacidade de concertação institucional face à crescente pressão produtiva agrícola e turística, no cumprimento dos planos de ordenamento do território;
- Insuficiente iniciativa de reversão da degradação do património edificado, público.
- Tendência crescente de encerramento e centralização de serviços públicos de proximidade, com diminuição da cobertura territorial.

OPORTUNIDADES A POTENCIAR

População:

- Centros urbanos sub-regionais com vitalidade económica e atratividade residencial
- Emergência dos movimentos demográficos ancorados nas novas modalidades de organização e prestação do trabalho.

Economia e Emprego:

- Projetos de investimento agrícola, agroalimentar e turísticos, geradores de forte atração e fixação de recursos humanos de outros territórios;
- Apoios à diversificação de atividades económicas, enquadrados pelo Plano Territorial para a Transição Justa do Litoral Alentejano.

Recursos naturais e culturais:

- Condições territoriais e ambientais potenciadoras de elevada rentabilidade e competitividade agrícola, hortofrutícola, pecuária e turística, atrativas à captação de investimento externo. Crescente valorização de modos de alimentação e de vida saudáveis, alinhados com o perfil de produção local espécies autóctones resilientes

OPORTUNIDADES A POTENCIAR

- Crescente apetência, procura turística e valorização económica dos recursos e produtos do território, ancorados no mundo rural.

- Crescente procura de disponibilidade de solo e construção rústica para recuperação, em ambiente rural, com proximidade ao mar, à AML, Setúbal, Algarve

Produção, infraestruturas e serviços básicos:

- Localização próxima ao complexo industrial e logístico de Sines e a empresas de elevada incorporação tecnológica, com potencial de geração de dinâmicas de desenvolvimento local;

- Tendência de afirmação de modos de produção tecnologicamente mais sustentáveis, da bioeconomia e da economia circular;

- Reforço da importância dos sistemas de abastecimento locais, agrícolas e agroalimentares, e das economias de proximidade;

- Expansão dos empreendimentos turísticos em espaço rural e agrícola, assentes na distinção valorativa e genuinidade do mundo rural.

Sustentabilidade e Clima:

- Manutenção de regulamentação protetora de áreas naturais marítimas, assegurando preservação e valorização dos recursos naturais;

- Apoios à Mobilidade sustentável integrados no Plano para a Transição Justa;

- Projeto estruturante de criação e implementação de uma Bio Região “Cordão Verde” Algarve – Alentejo (ITI Água e Ecossistemas de Paisagem):

Transição energética e digital:

- Intensificação tecnológica e da transição digital: prestação de trabalho, acesso ao ensino e à saúde, serviços públicos digitais, vigilância e segurança digitais.

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil:

- Aceleração digital das plataformas colaborativas da economia local;

- Aprofundamento da descentralização de competências para as autarquias locais

- Articulação entre os DLBC Rural e Costeiro no LA 2030.

5. Desafios Estratégicos, fatores críticos eixos de intervenção

No horizonte 2030, e decorrendo do Diagnóstico e Necessidades de intervenção os territórios do Litoral Alentejano deverão equacionar os **Desafios Estratégicos** seguintes, a integrar coerentemente nos Eixos Estruturantes de Intervenção da EDL:

- ✓ **Promover o aproveitamento de um conjunto de recursos endógenos primários** que potenciem a **estruturação de uma Economia dos Recursos Naturais**, organizada em torno de fileiras estratégicas com capacidade competitiva, envolvendo os territórios de baixa densidade onde se concentra grande parte desses recursos, com destaque para as fileiras agroflorestais (hortifruticultura, multifuncionalidade dos sistemas naturais e florestais, valorização dos ecossistema...).
- ✓ **Diversificar o complexo de atividades do Turismo e do Lazer do Litoral Alentejano**, robustecendo a oferta de turismo natureza, turismo ativo, turismo náutico, turismo equestre, serviços complementares e de animação, ..., procurando captar valor na articulação com os fluxos de investimento privado e integrando a estratégia de promoção externa do Turismo do Alentejo, mas salvaguardando a afirmação enriquecida da tipicidade e genuinidade (rural e costeira), com base no apoio a iniciativas geradoras de novas atividades.
- ✓ **Preservar e valorizar os recursos dos territórios**, designadamente, **os ativos do património natural**, combinando as exigências de rentabilidade e competitividade das explorações agrícolas e turísticas, à luz da crescente

pressão de uso e ocupação do solo e dos recursos aquíferos, que ocorre num contexto de agravamento das alterações climáticas.

- ✓ Valorizar e apropriar a aceleração da **transição energética e ambiental** em benefício da competitividade agrícola, pecuária, florestal e turística em patamares mais elevados de segurança alimentar, de sustentabilidade e resiliência ambiental, de inovação nos modelos de gestão e diversificação das atividades e de valorização económica dos recursos endógenos do mundo rural.
- ✓ Mobilizar o impulso da **transição digital** no aproveitamento inteligente das tendências de procura mundial pelos produtos endógenos genuínos da ruralidade, dos modos de vida saudáveis e da procura de espaços habitacionais em ambiente preservado e de qualidade, em benefício da revitalização demográfica e da captação e fixação de competências.
- ✓ **Dinamizar a atração de novos residentes** com o duplo objetivo de aumentar a massa crítica/vitalidade demográfica da sub-região e melhorar a oferta de competências técnicas, de modo a contribuir para qualificar os argumentos locativos orientados para o aproveitamento das oportunidades económicas e de negócio existentes e atraíveis.
- ✓ **Reforçar os mecanismos de suporte à coesão social e territorial:** combinando a melhoria da qualidade e das condições de vida das populações residentes, na dupla ótica da inclusão social/integração socioeconómica e da criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial; e maximizando o potencial da transição digital e energética em benefício da **qualidade de vida e coesão social** do mundo rural (teletrabalho, transporte a pedido e mobilidade, telemedicina, ensino à distância, acesso a serviços básicos, empreendedorismo qualificado de base rural, envelhecimento saudável com atividade e utilidade comunitária).
- ✓ Assegurar melhores níveis de **coesão territorial** nos processos de integração social e inserção laboral dos fluxos de imigração económica de estrangeiros, impulsionando o repovoamento do espaço rural, a manutenção e reabilitação do património rústico e a revitalização produtiva dos solos agrícolas.
- ✓ Dinamizar e impulsionar **parcerias qualificadas** na concertação de estratégias integradas de marketing territorial, de promoção turística e comercial conjunta de recursos do território.

Tendo ainda em conta o diagnóstico realizado enuncia-se os seguintes **fatores críticos de sucesso** enquanto pressupostos de concretização da EDL-AL:

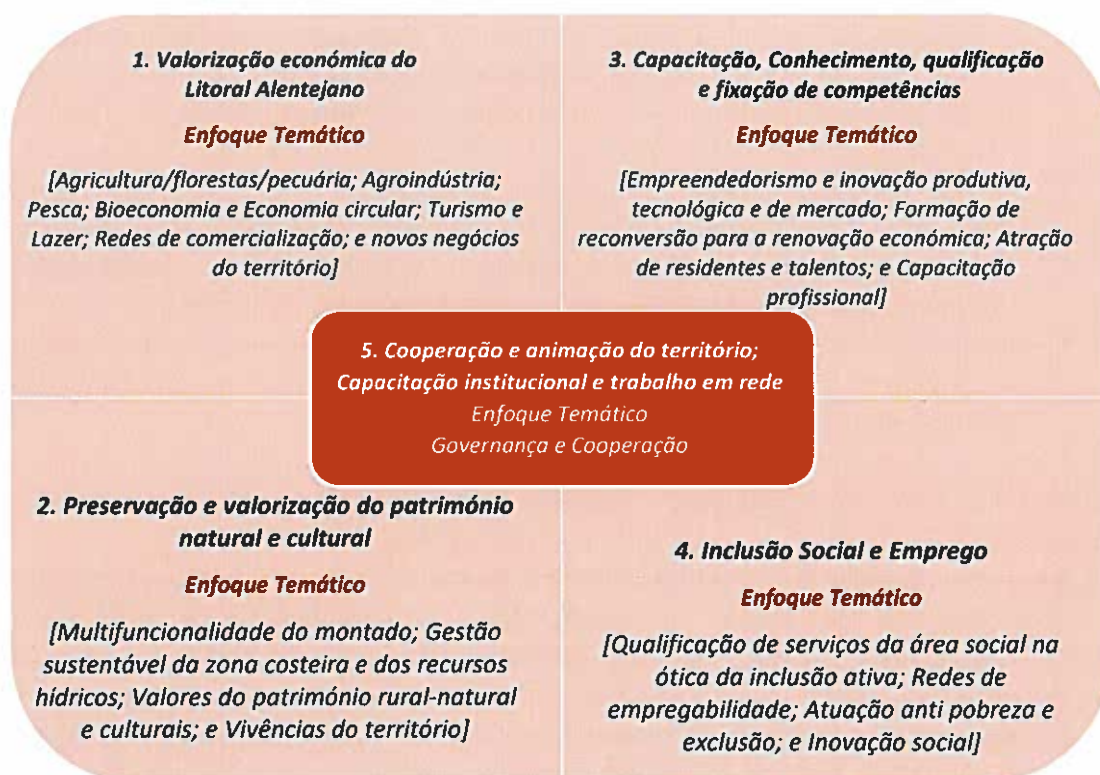
- Franco comprometimento e alinhamento dos parceiros com as orientações da EDL;
- Capacidade de mobilização, pelo GAL ADL, dos agentes do território para a concretização das prioridades estratégicas definidas e estabelecimento de um quadro procedimental de acesso aos apoios adequado às características destes agentes;
- Capacitação dos agentes do território no âmbito das agendas da sustentabilidade e transição energética e digital, em níveis consentâneos com a concretização da EDL;
- Promoção de atividades de mediação da inovação rural enquanto catalisador do potencial do território;
- Assunção da necessidade de complementaridade de fontes de financiamento para superar os desafios estratégicos enunciados.

Neste racional e quadro lógico, considera-se o seguinte **Objetivo Geral da EDL-AL 2030**

Contribuir para a Melhoria da Qualidade de Vida e a Atratividade do território mobilizando o potencial dos recursos e ativos do território

Este **Objetivo geral** é desagregado num conjunto coeso de **Objetivos específicos**:

- Promover a competitividade empresarial numa ótica de valorização dos recursos rurais, incluindo as oportunidades geradas pela bio economia e a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais.
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais e culturais valorizando-os enquanto catalisador de desenvolvimento territorial, no âmbito das agendas europeias e nacionais para a sustentabilidade e transição energética e digital.
- Contribuir para reforçar os índices de coesão social no território, com particular incidência nas dimensões do emprego e formação e das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva.
- Densificar os mecanismos de participação cívica e governança local e estabilizar redes de cooperação territorial.



Eixos Estruturantes de Intervenção da EDL DLBC Rural Litoral Alentejano 2030

A perspetiva estratégica de intervenção tem por base um compromisso entre um padrão de recursos endógenos, simultaneamente, de excelência ambiental e de matriz produtiva que combina paisagens rurais humanizadas e património natural-cultural preservado com oportunidades económicas e de negócio, numa visão que contempla a necessidade de contribuir para a coesão territorial nas áreas de baixa densidade.

Estas oportunidades compreendem o aproveitamento agroflorestal, o fomento de um *cluster* de atividades da Bioeconomia sustentável e o desenvolvimento do turismo e do lazer, em resposta a novas procuras ativas e sustentáveis. Trata-se de oportunidades que vão evoluir numa envolvente territorial que poderá beneficiar da coexistência com polos de grande relevo económico (Complexo Industrial e Logístico de Sines, projetos turísticos de cadeias internacionais e projetos hortofrutícolas internacionalizados), polos que ocupam vários territórios do Litoral Alentejano e atravessam processos de mudança económica, associados à reorganização das cadeias de valor, pós-pandemia.

Neste âmbito, a ADL encontra-se já a desenvolver diversos projetos de cooperação transnacional (SAL – Sistemas Alimentares Locais: Produzir, Comercializar e Alimentar Local), Terras da Lusofonia e TNAI – Turismo Náutico em Águas de Interior e três candidaturas interterritoriais (Rede de Percursos na Faixa Piritosa Ibérica, Enoturismo: um mosaico de experiências e. Qualificar o turismo ativo e ambiente) - PDR2020.

Este modelo estruturante de intervenção, no horizonte 2030, configura uma abordagem que combina uma matriz predominantemente de base rural (pelo lado dos recursos e das atividades económicas), com vertentes de intervenção de matriz mais urbana (pelo lado da atração de residentes, do acesso a qualificações e competências e a atuações promotoras de inclusão social e emprego).

A mobilização de recursos de financiamento dos vários fundos (FEADER, FEAMPA¹, FEDER e FSE), fundo ambiental, em abordagens autónomas, vai constituir um desafio acrescido (de maior complexidade) para potenciar resultados e impactos nos territórios rurais e urbanos do Litoral Alentejano.

Na tabela seguinte, estabelece-se o quadro de relação entre os eixos estratégicos de intervenção/enfoques temáticos - linhas de intervenção (Ações), traçados para a EDL e as Necessidades Principais e Complementares, enquadradas pelo *OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável*.

¹ O GAL Costeiro da ADL foi recentemente objeto de Reconhecimento e Qualificação, no âmbito do Aviso do Mar 2030 (DLBC Costeiro, para o período 2023-2027).

Eixos Estratégicos EDL- AL	Ações	NP*	NC**
1.Valorização económica do Litoral Alentejano	1 - Apoio à competitividade empresarial	COE8N1	PTOE4N2
		COE8N2	PTOTN1
		COE8N4	COE1N5
	2 – Apoio à melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares, alimentação saudável, mercados locais e promoção dos produtos locais de qualidade	COE8N5	COE2N1
		COE8N6	COE4N5
		COE8N7	COE6N5
			COE6N6
2.Preservação e valorização do património natural e cultural	3 – Apoio à conservação, valorização e promoção do património natural, cultural e construído	COE8N3	COE9N5
		COE8N4	COE6N5
	4 – Apoio à elaboração de estratégias para Aldeias inteligentes	COE8N5	COE7N5
			COE6N4
3.Capacitação, Conhecimento, qualificação e fixação de competências	5 – Apoio à formação, qualificação e sensibilização no território	COE8N3	COE4N5
		COE8N7	COE9N8
4.Inclusão Social e Emprego	6 – Apoio às infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva	COE8N3	PTOTN3
		COE8N7	COE7N5
5.Cooperação e animação do território; Capacitação e trabalho em rede	7 – Cooperação e trabalho em rede		PTOE2N1
		COE8N3	COE9N8
			PTOTN2
			PTOTN3

(*) Necessidades Principais; (**) Necessidades Complementares.



6. Elaboração da EDL e constituição/reforço da parceria

O GAL ADL tem mantido uma forte dinâmica de interação com as entidades da Parceria e outros “stakeholders” do território do Litoral Alentejano ao longo da gestão e implementação dos instrumentos de desenvolvimento local (rural e costeiro). Essa dinâmica foi reforçada durante a preparação da EDL do GAL/ADL para o novo período de programação, sobretudo, em torno de duas vertentes de trabalho: (i) recolha de contributos das entidades parceiras e “stakeholders” tendo por base uma ficha de Diagnóstico/Desafios e Necessidades de intervenção/Intenções de projeto e investimento; e (ii) organização de sessões temáticas e formais para apresentação e validação de documentos intermédios.

Em concreto, os procedimentos que a ADL adotou para a elaboração da EDL tiveram em conta a experiência adquirida com a gestão de programas dos anteriores quadros comunitários, como sejam as várias gerações da abordagem Leader, MAR 2020 e MAR 2030 o que permitiu delinear uma metodologia de trabalho “bottom-up” com os parceiros locais. Foram realizadas diversas reuniões e encontros e recolhidos contributos, o que permitiu delinear propostas em diversas áreas de intervenção.

O processo de auscultação realizou-se no seio da Parceria, tendo depois alargado a outros atores do território (nomeadamente, parceiros do GAL Costeiro como as instituições de ensino superior e entidades com incubadoras de empresas, IEFP, ICNF) o que possibilitou a identificação fundamentada de **Desafios, enfoques temáticos e prioridades estratégicas** para além de projetos concretos para o Litoral Alentejano, a desenvolver no âmbito do futuro Plano de Ação do DLBC.

Simultaneamente foram realizadas reuniões com “stakeholders” do território, que sinalizaram intenções em matéria de projetos e iniciativas de investimento.

A Direção da ADL, na qualidade de órgão democraticamente eleito de acordo com o objeto da Associação e em representação dos seus associados e parceiros, acompanhou ativamente a preparação da EDL, juntamente com a Equipa Técnica Local do GAL.

Foram elaborados diagnósticos sectoriais e enviados contributos por parte dos atores do território/parceiros (representando diversos setores de atividade) e as questões relativas à fundamentação do DLBC Rural (e também do DLBC Costeiro) foram abordadas em duas assembleias de parceiros /assembleias gerais (03/01/2023 e 19/05/2023).

Paralelamente, foram realizadas diversas ações de capacitação do GAL ADL (ETL, OG e parceiros /associados) tendo existido um diagnóstico prévio para identificação das temáticas a abordar (ex: Descarbonização/Transição verde, Transição digital, Comunicação digital, Novas tecnologias na agricultura, Comunicação digital, Valorização dos serviços de ecossistema, Economia circular e resíduos, entre outros), o que permitiu uma forte interação sobre esses temas.

Além destes contributos foi também tido em conta para a elaboração da EDL, o conhecimento resultante do trabalho do GAL ADL no território na dinamização e gestão de diversos instrumentos de política pública co-financiados pelo FEADER, FEDER, FEAMP e FSE.

O trabalho culminou na realização da Assembleia Geral/reunião de parceiros (28/07/2023) para apresentação e apreciação da EDL, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Esta assembleia contou com a presença de alguns presidentes dos

municípios do Litoral Alentejano, da presidência da maioria das instituições e do presidente da CIMAL (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral) que tem a presidência da mesa da Assembleia Geral da ADL.

7. Articulação da EDL com as diferentes estratégias regional e sub-regional

A natureza territorial e temática da EDL Litoral Alentejano estabelecem uma densidade assinalável de articulações potenciais com vários documentos referenciais estratégicos e programáticos de âmbito europeu, nacional e regional.

Em particular deve destacar-se o alinhamento da EDL com o *Plano Territorial para a Transição justa - PTTJ-Litoral Alentejano* (PTTJ-LA) acomodado pelo **Programa Regional Alentejo 2021-2027**. Em resposta ao encerramento da central a carvão de Sines, o Fundo para a Transição Justa apoia o PTTJ-LA que visa abordar impactos sociais, no emprego, económicos e ambientais, resultantes da transição para as metas energéticas e climáticas da UE para 2030. No PTTJ-LA estes impactos são contextualizados à luz das “oportunidades económicas que estão a surgir no território, relacionadas com as energias renováveis, o agroalimentar e o turismo-atividades que são referenciadas em Eixos Estruturantes do DLBC Rural para o Litoral Alentejano.

A EDL-LA está também alinhada com os domínios prioritários/de especialização da EREI Alentejo 2030 que contemplam a Bioeconomia Sustentável, compreendendo a inovação competitiva da Alimentação e Floresta, com alargamento à Economia Azul.

Relativamente à articulação com a *Estratégia Alentejo Litoral 2030* (CIM NUT III), esta traça uma arquitetura de intervenção sustentada em três objetivos estratégicos mediados pelo objetivo geral “Colmatar o défice demográfico”, visando promover a atratividade do território: Melhorar a qualidade de vida e bem-estar; Investir num futuro verde e sustentável; e Fomentar a proximidade geográfica e digital.

Estes objetivos estratégicos materializam-se num conjunto de linhas de ação (LA) e iniciativas estratégicas entre as quais se destacam as que estabelecem níveis diretos de alinhamento temático com a EDL:

- LA3 - Desenvolvimento de uma oferta cultural partilhada. Iniciativas Estratégicas (IE): Reabilitação do património cultural e Valorização do património imaterial e dos recursos endógenos.

- LA5. - Preservação do património natural da região/IE Valorização da paisagem natural; Valorização do capital natural do Alentejo Litoral, nomeadamente das áreas protegidas e de interesse paisagístico, com vista à proteção da exploração excessiva e, consequentemente, preservação da natureza e biodiversidade característica do território.

Considera-se finalmente que a EDL contribui indiretamente para a obtenção de ganhos territoriais no âmbito das LA4: Dinamização de ações de sensibilização e práticas ambientalmente responsáveis no território; LA6: Incentivo à eficiência hídrica e resolução da escassez de água; LA7: Promoção da transição energética e descarbonização e LA11: Aposta na transição digital da região.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL- aproximação ao Plano de Ação da Medida Leader do PEPAC

A definição das áreas de intervenção da EDL que traçam uma relação direta com a Medida Leader do PEPAC, responde a um conjunto de velhos e novos Desafios sinalizados na entrada do Ponto 4 que constituem, simultaneamente, património de intervenção do GAL do Litoral Alentejano e de parte dos OE do PEPAC, com destaque para: (i) a estruturação de uma Economia dos Recursos Naturais; (ii) a diversificação das atividades da economia local (nos complexos de atividades agro-florestais e do turismo/lazer); (iii) as transições energética, climática e digital (com transformação das condições competitivas e sustentáveis das produções primárias- bioeconomia, economia circular e aproveitamento inteligente da dinâmica das procuras urbanas); e (iv) colocando o valor acrescentado potencial dessas transições também ao serviço da qualidade de vida e da coesão social e territorial.

Estas componentes de enfoque temático, fundamentam o perfil de Ações constante da Tabela seguinte, a financiar pela Medida Leader do PEPAC, que haverá de influenciar o desenho do futuro Plano de Ação da Mais Litoral Rural, resulta igualmente do processo de trabalho adotado no seio da Parceria com vista à identificação de projetos de interesse para o território de intervenção com base em contributos que correspondem também intenções de candidatura no ciclo de Avisos, a enquadrar pelo Plano de Ação, a apresentar na 2ª fase.

Na apreciação da Valia Geral das Operações (VGO), deverá estar presente a centralidade daqueles Desafios e enfoques temáticos valorizando nos critérios de seleção, a par da iniciativa dos jovens e das mulheres, a prioridade aos projetos integrados de matriz agro-silvopastoril, aos investimentos que contribuam para mitigar os efeitos das alterações climáticas e para a difusão de aplicações digitais.

A componente relativa à afetação de verbas FEADER, constitui uma aproximação preliminar que deverá ser estabilizada em sede detalhe do Plano de Ação a apresentar na 2ª fase, também em função das orientações da Ficha da Medida Leader do PEPAC.

Eixos Estratégicos EDL- AL	Ações	Objetivos Resultados	Afetação de verbas(%) FEADER
1. Valorização económica do Litoral Alentejano - 50%	1 - Apoio à competitividade empresarial - 80%	R.39 - 60%	24
		R 37 - 5%	2
		R 18 - 0%	0
		R.17 - 15%	6
		R.15 - 5%	2
	2 - Apoio à melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares, alimentação saudável, mercados locais e promoção dos produtos locais de qualidade - 20%	R.10 - 100%	10
2. Preservação e valorização do património natural e cultural - 20%	3 - Apoio à conservação, valorização e promoção do património natural, cultural e construído - 80%	R.41 - 70%	11.2
		R.39 - 30%	4.8
	4 - Apoio à elaboração de estratégias para Aldeias inteligentes - 20%	R.40 - 100%	4
3. Capacitação, Conhecimento, qualificação e fixação de competências 5%	5 - Apoio à formação, qualificação e sensibilização no território - 100%	R.42 - 30%	1.5
		R.41 - 70%	3.5
		R 37 - 0%	0
4. Inclusão Social e Emprego - 20%	6 - Apoio às infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva - 100%	R.42 - 50%	10
		R.41 - 50%	10
		R 37 - 0%	0
5. Cooperação e animação do território; Capacitação e trabalho em rede - 5%	7 - Cooperação e trabalho em rede - 100%	R.41 - 100%	5

9. Plano de Ação a implementar através de medidas FEADER, em ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

Neste Ponto apresenta-se um quadro resumo que antecipa, no essencial, o Plano de Ação da 2ª fase através de um ensaio de ligação entre as Ações a apoiar pelo FEADER, segundo um nexu lógico com os Objetivos específicos e os Indicadores de Resultado.

Objetivos Específicos EDL -AL	Eixos Estratégicos EDL- AL	Enfoque Temático	Ações	Resultados
Promover a competitividade empresarial numa ótica de valorização dos recursos rurais, incluindo as oportunidades geradas pela bio economia e a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais	1. Valorização económica do Litoral Alentejano	Agricultura/florestas/pecuária; Agroindústria; Pesca; Bioeconomia e Economia circular; Turismo e Lazer; Redes de comercialização; e novos negócios do território	1 - Apoio à competitividade empresarial	R.39: 24 R 37: 2 R 18: 0 R.17:6 R.15:2 R.9: 6
Contribuir para a preservação dos recursos naturais e culturais catalisador de desenvolvimento territorial, no âmbito das agendas para a sustentabilidade e transição energética e digital.	2.Preservação e valorização do património natural e cultural	Multifuncionalidade do montado; Gestão sustentável da zona costeira e dos recursos hídricos; Valores do património rural-natural e culturais identitários; e Vivências do território	2 – Apoio à melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares, alimentação saudável, mercados locais e promoção dos produtos locais de qualidade	R.10:10
Contribuir para reforçar os índices de coesão social no território com particular incidência nas questões do emprego e formação e infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva	3.Capacitação, Conhecimento, qualificação e fixação de competências	Empreendedorismo e inovação; Formação e reconversão profissional para a renovação económica; Atração de residentes e talentos; e Capacitação profissional	3 – Apoio à conservação, valorização e promoção do património natural, cultural e construído	R.41 11.2 R.39:4.8
	4.Inclusão Social e Emprego	Qualificação de serviços na ótica da inclusão ativa; Redes de empregabilidade; Atuação anti-exclusão; e Inovação social	4 – Apoio à elaboração de estratégias para Aldeias inteligentes	R.40:4
	5.Cooperação e animação do território; Capacitação e trabalho em rede	Governança e Cooperação	5 – Apoio à formação, qualificação e sensibilização no território	R.42:1.5 R.41: 3.5 R 37: 0
Densificar os mecanismos de participação cívica, governança local e estabilizar redes de cooperação territorial			6 – Apoio às infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva	R.42:10 R.41:10 R 37: 0
			7 – Cooperação e trabalho em rede	R.41:5